

UFRGS – INSTITUTO DE LETRAS
Curso de Especialização em Gramática e Ensino da Língua Portuguesa – 7ª Edição
Trabalho de Conclusão de Curso

Texto: objeto de ensino para o aprendizado de língua portuguesa

Bruna Amaral Bernardo
Jane da Costa Naujorks¹

Resumo: Este trabalho apresenta alternativas de uma nova forma de se ensinar língua portuguesa, tendo como objeto o texto. Nesse sentido, apresentamos uma reflexão centrada no que tem sido feito em sala de aula para, então, discutir questões que possam dar conta de um trabalho com a produção textual, de modo que o aluno compreenda que, ao trabalhar o texto, está entendendo o funcionamento de sua língua materna. Portanto, nossa intenção é mostrar que somente com esse ensino, o aluno desenvolverá sua competência comunicativa, pois o que está em questão é a língua em uso.

Palavras-chave: Texto, objeto, Língua Portuguesa, uso, reflexão, norma padrão.

Introdução

Nos últimos dez anos, a quase-totalidade das redes de educação pública desenvolveu, sob a forma de reorientação curricular ou de projetos de formação de professores em serviço (em geral os dois), um grande esforço de revisão das práticas tradicionais de alfabetização inicial e de ensino da Língua Portuguesa. Seja porque a demanda quantitativa já estava praticamente satisfeita — e isso abria espaço para a questão da qualidade da educação —, seja porque a produção científica na área tornou possível repensar sobre as questões envolvidas no ensino e na aprendizagem da língua, o fato é que a discussão da qualidade do ensino avançou bastante. (BRASIL, 1997, pag. 19)

Durante muitos anos o ensino da Língua Portuguesa esteve alicerçado no ensino da gramática prescritiva, detendo-se, principalmente, em conceitos e classificações, porém esse ensino nunca levou o aluno a um aprendizado real em que ele pudesse fazer uso desse ensinamento para que desenvolvesse sua competência comunicativa.

¹ Professor da 7ª. Edição do Curso de Especialização em Gramática e Ensino da Língua Portuguesa – UFRGS.

Muitas propostas de ensino centrado no texto têm surgido, no entanto, elas, em sua maioria, ficam apenas na teoria sem alcançar a prática pedagógica, que deveria priorizar a realidade social, informacional e linguística. É constante a queixa dos docentes de que as teorias apresentadas não dão conta das necessidades dos alunos. Desse modo, o professor prefere continuar um percurso que é bastante conhecido, o tradicional, a se apropriar de novas ideias para a construção de um ensino com vistas ao uso da língua.

Parte-se do princípio de que o ensino deve estar ancorado nas variedades que coexistem, vinculadas à vida cultural e social das pessoas. O professor precisa saber articular seu conhecimento gramatical aos novos métodos de aprendizagem que contemplam o texto como objeto de ensino, conforme apontam os PCNs² e os Referenciais Curriculares do Rio grande do Sul³.

No presente artigo, portanto, pretende-se discutir as alternativas de um novo ensino de língua portuguesa centrado no texto e o papel do professor nesse processo que deve considerar o aluno como sujeito falante da língua portuguesa. A questão a ser levada adiante, aqui, é como fazer com que o aluno use a língua de modo a tornar-se cidadão ao adquirir competência linguística nas diversas situações de sua vida.

1. O texto como objeto de ensino

O ensino de língua portuguesa, centrado apenas em normas gramaticais, tem se apresentado ineficaz para que o sujeito do aprendizado faça uso da língua nas diversas situações do dia a dia. Na verdade, o entendimento da escola é de que o aluno só vai aprender a partir de seu ingresso na vida escolar, pois é nesse espaço que ele toma contato mais efetivo com o sistema da língua. Há no ensino atual um descaso com a linguagem do aluno, cujas experiências e o falar, normalmente, são menosprezados em sala de aula.

Segundo os PCNS de Língua Portuguesa: “A escola tem a responsabilidade de garantir a todos os seus alunos o acesso aos saberes linguísticos, necessários para o exercício da cidadania, direito inalienável de todos” (1997, p. 15). O grande problema é que as escolas trabalham esses “saberes linguísticos” de forma limitada, usando frases soltas para ensinar

² Os Parâmetros Curriculares Nacionais são referenciais de qualidade elaboradas pelo Governo Federal para nortear as equipes escolares na execução de seus trabalhos.

³ Os Referenciais Curriculares do Rio Grande do Sul são estratégias de intervenção pedagógica que favorecem a construção de aprendizagens, aferidas pelo Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Rio Grande do Sul (SAERS)

regras gramaticais, e os textos, quando inseridos em suas atividades, têm como mote servir de material para o ensino gramatical, nunca utilizado como o objeto principal em que os elementos linguísticos que o constituem se apresentam como língua em uso. O texto é visto como a formação de um grupo de frases reunidas que não influencia no desenvolvimento discursivo, fundamental no aprendizado do aluno.

Os textos são excluídos de atividades mais práticas da vida escolar, fazendo com que o aluno não perceba que ele próprio se insere, através de textos no ato comunicativo com outras pessoas. A atividade textual é restrita a momentos de leitura e interpretação, enquanto o ensino da língua está restrito à gramática, como bem diz Sarmento:

A língua expressa-se por meio de palavras, faladas ou escritas, porém conhecer o significado das palavras, ou seja, ter um bom vocabulário não garante um melhor desempenho na combinação dessas mesmas palavras. É necessário conhecer, também, determinadas leis de combinação entre elas, para que haja clareza na sua organização e na expressão do pensamento. (SARMENTO, 2005, p.12)

Essas leis de combinação e de organização, só estão presentes no uso efetivo da língua, que é o texto. De outra forma não tem como compreender os mecanismos linguísticos.

A comunicação e a capacidade discursiva do aluno devem ser os objetivos principais das aulas de língua portuguesa e, para que haja essa comunicação, é necessário trabalhar com textos variados, pois através deles o aluno descobre os diversos usos da língua, tanto na fala quanto na escrita. Esse trabalho pode ser feito com produções textuais dos alunos, pois é a partir destas que colocamos em prática o uso dos diversos gêneros textuais, porém essa prática também não é incentivada.

As atividades que utilizam textos em aula não incentivam o prazer pela escrita e nem pela leitura, não mostram o quanto essas atividades se fazem úteis na vida do aluno. É necessário conviver com essa prática de maneira natural, o aluno precisa se acostumar com o exercício da leitura e da escrita, pois, somente assim, ele percebe que é um sujeito capaz de ser participativo na sociedade, exprimindo sua opinião e exercitando sua capacidade discursiva de acordo com a situação que lhe é proposta, pois cada texto exige uma linguagem diferente. Para Oliveira,

Os estudos lingüísticos mais recentes apontam para uma nova metodologia de ensino que enfatiza as reais necessidades de se ter a escrita como prática constante.

A solicitação de produções com objetivos evidentes fazem o aluno perceber a utilidade desse exercício e que, portanto, o seu trabalho tem um objetivo (OLIVEIRA, 2004, p. 2)

Escrever parece uma tarefa fácil, mas torna-se complexa com a falta de prática. Os textos devem ser trabalhados de maneira que estimulem novas produções, além das leituras e interpretações que já são feitas. Quanto ao estudo da gramática, o professor precisa ter total conhecimento desta para que possa trabalhá-la em textos diversos, e, acima de tudo, precisa “traduzi-la” para o aluno, no sentido de uma explicitação dentro do contexto textual, já que sabemos que ninguém fala palavras ou frases, o que falamos são textos inseridos em um contexto interacional.

A leitura não é uma tarefa de decodificação de palavras, assim como a escrita não é de reprodução desses códigos, as duas devem ser construídas juntas, para que o aluno possa apreendê-las e desenvolvê-las, porém é um processo que envolve muitas etapas. Segundo Antunes, no que se refere às atividades em torno da escrita e da leitura, as práticas ainda são mecânicas e limitadas e, para exemplificar, cita problemas como: “Praticar uma escrita artificial e inexpressiva e, realizada em exercícios de criar listas de palavras soltas ou, ainda, de formar frases.” (2003, p. 26) e como “uma atividade de leitura cuja interpretação se limita a recuperar os elementos literais e explícitos presentes na superfície do texto.” (2003, p. 28).

É preciso que a atividade de escrita seja interativa, dinâmica, dialógica e negociável, para que essa prática alcance a comunicação entre os alunos, e segundo a autora, precisa cumprir três etapas “planejar, escrever e reescrever” (2003, p.57); já a leitura completa a atividade da escrita, é a partir dela que ocorre a interação entre os sujeitos, onde cada um, com seus conhecimentos prévios, estabelece relação e interação durante a compreensão do texto.

Um dos processos mais importantes é a reescrita, pois é a partir dela que o aluno pode rever o que foi escrito e confirmar se os seus objetivos foram cumpridos. Trabalhar a reescrita é uma das melhores maneiras de se produzir textos e refletir sobre eles. A partir desse processo, pode-se repensar a produção escrita, de modo que a cada novo contato seja possível identificar alternativas para adequar o texto. É importante, nesse momento, que o próprio aluno perceba o que não ficou coerente com a situação proposta na primeira escrita, tornando, assim, o aluno um sujeito mais crítico em relação a sua produção, pois procura comprovar se o texto consegue expressar sua opinião e se obtém a compreensão de quem o lê, fazendo uma “nova versão” do seu trabalho.

Percebe-se, então, que a prática de texto, leitura e escrita, em sala de aula, é o instrumento de expressividade para que o aluno possa interagir produtivamente e desenvolver sua competência discursiva. Lendo, escrevendo e reescrevendo o aluno consegue, não só se reconhecer como sujeito capaz de usar sua língua como, também, estar apto a se inserir na sociedade como sujeito do conhecimento.

Segundo Sant'Anna é preciso que o professor planeje suas atividades de modo que haja tempo para o trabalho da reescrita e para que haja reflexão sobre o texto, o professor precisa manter condições que favoreçam esse trabalho em sala de aula, como momentos de leitura e interpretação e momentos de “reconto” que podem ofertar sugestões de temas para produções textuais.

Em uma atividade de reconto, a professora lê um texto escrito... Em outro momento mergulha no texto com as crianças, passando a estudá-lo... Finalizando este estudo, a professora faz com seus alunos um roteiro da história: seu começo, meio e fim colocados em breves itens... O objetivo é que, transformando uma narrativa escrita em oral, as crianças se apropriem de características do texto escrito, ao tentar compreendê-lo. (SANT'ANNA, 2008, p.3)

Esse cuidado com o texto é essencial e mostra que esse tipo de atividade pode ser trabalhada durante toda a vida escolar do aluno, pois cada um desses passos fomenta a curiosidade e incita a produção escrita do seu próprio texto. Além disso, o professor não deve esquecer de trabalhar com a questão comunicativa que é imprescindível na escrita, pois a partir disso o aluno descobre a função do seu texto, pra quem ele é escrito e como ele fará sentido para o seu leitor.

Outras condições imprescindíveis são definir o gênero (o que escrever) conforme a função comunicativa (para que escrever) e o destinatário (para quem escrever), a fim de que nossas propostas tenham sentido para os alunos, aproximando a prática de produção de texto na escola da prática real de produção fora dela. (SANT'ANNA, 2008, p. 3)

Essas condições de estudo mostram que o uso do texto nos aponta uma noção real do uso da nossa língua, e que, somente assim, o aluno desenvolve sua competência discursiva não só na sala de aula, mas também no dia a dia, onde a adequação da linguagem é essencial para a compreensão dos discursos. É uma atividade que, quando plenamente trabalhada,

oferece um estudo concreto da Língua Portuguesa, é o momento que o aluno se reconhece como falante desta língua.

1.2. O texto como caminho para o uso da língua

Para desenvolver a competência linguística não basta o domínio da norma legitimada como “padrão”, o aluno precisa saber usar a língua em diversas situações que exijam graus de comunicação distintos. O estudo da nossa língua vai muito além de normas gramaticais, é necessário trabalhar com textos para que o aluno chegue à compreensão do uso da língua.

Durante esse trabalho é necessário que o professor compreenda que o ensino da língua portuguesa deve ser voltado tanto para a comunicação entre as pessoas quanto para o estudo dos elementos linguísticos envolvidos na constituição do texto, mas, para que isso aconteça, o professor deve incentivar produções que alcancem essa comunicação. Ao produzir um texto, o aluno geralmente se depara com regras que estabelecem uma forma para o texto e normas gramaticais totalmente descontextualizadas da produção textual, o que deixa de contemplar o sentido do texto. Nesse caminho,

Uma das poucas situações de interlocução conhecidas pelo produtor de um texto é defrontar-se com a correção da forma do que produziu. É de se esperar que, nessa situação, o locutor se coloque na tarefa de produzir tão-somente formas e, se possível, formas corretas, a partir das medidas de correção que foi capaz de assimilar de possíveis erros e acertos anteriores. Nesse contrato de interlocução, considerações de sentido estão colocadas em segundo plano, quando não são anuladas. (RIO GRANDE DO SUL, 2009, p. 61)

Segundos os Referenciais curriculares do RS, quando não há um cuidado sobre esse sentido do texto, a produção do aluno deixa de ser um texto que diga algo a alguém e passa a ser um exercício para o aprendizado de normas e estruturas, que nem sempre são capazes de expressar por completo o sentido que o texto deve ter para quem irá lê-lo, dessa maneira o texto no ensino da língua perde sua função principal que é estabelecer um contato comunicativo entre as pessoas, tornando-se uma atividade mecânica, onde há a escrita e a correção de “erros”.

Deve-se ir além das estruturas para analisar o sentido de um discurso, pois, para alcançarmos a interação entre os interlocutores é preciso reconhecer e estabelecer ligações

entre todos os elementos envolvidos, semânticos, sintáticos, morfológicos, entre outros. O professor, para isso, precisa esclarecer as etapas para a escrita na escola, apontando a necessidade de o aluno escrever para outros lerem, de não ser apenas um texto que receberá uma nota final. Essa atividade deve ser considerada a mais importante da atividade escolar, pois somente assim o aluno se reconhecerá como autor de seu texto.

Em Dionísio vimos que:

A linguagem só é compreendida se tivermos acesso aos seus elementos constitutivos: participantes, lugar, tempo, propósito comunicativo (conversar, explicar, responder, elogiar, dizer verdades ou mentiras, agradar, criticar, etc.) e às diferentes semiologias que entram em jogo na sua produção. (DIONISIO, 2010, p. 181)

Segundo a autora, quando em contato com esses elementos, o aluno desenvolve melhor sua produção, pois assim reconhece que sua atividade é interativa, e que, ao invés de apenas se preocupar em escrever "certo", deve ter como objetivo escrever algo compreensível para seu leitor. É o conteúdo do que ele diz que irá envolver todo o processo de ensino/aprendizagem. Segundo Antunes “língua e gramática não se equivalem” (2007, p. 42), quando se estuda a gramática trabalha-se com nomenclaturas e exercícios baseados em definições e normas, mas não se desempenha as necessidades de quem fala, escuta ou lê. Reconhecemos que as normas gramaticais devem ser apresentadas, no entanto, essas não podem ser o conteúdo de maior preocupação dos professores.

O ensino da Gramática Prescritiva, apresentado ao aluno, não contemplam o aprendizado de língua que preconiza o conhecimento do mundo e dos usos da língua necessários para a comunicação entre as pessoas, pois é, normalmente, descontextualizada e utilizada apenas para a classificação de frases soltas. É importante ir além dos estudos de regras, de análise de frases e de reconhecimento de termos. O ensino deve ter por foco os sentidos que o texto apresenta e que devem servir para estabelecer comunicação entre os interlocutores, pois

Saber gramática não é o suficiente para uma atuação verbal eficaz. De fato, um dos maiores equívocos consiste em se acreditar que o conhecimento da gramática é suficiente para se conseguir ler e escrever com sucesso os mais diferentes gêneros de texto, conforme as exigências da escrita formal e socialmente prestigiada. (ANTUNES, 2007, p.53)

Segundo a autora, gramática e língua devem ser ensinadas lado a lado, pois sozinhas não completam um aprendizado eficaz, porém os professores, pais, alunos e toda a comunidade escolar têm uma ideia equivocada de que somente a gramática é suficiente, e tudo isso acontece devido à “detalhada explanação de cada uma das classes gramaticais com suas respectivas subdivisões e às intrincadas veredas da análise sintática” (2007, p.53).

Esse conjunto de instruções detalhadas, regras e normas parecem o suficiente para a compreensão da língua, por isso, muitos pais e familiares questionam o ensino dos professores quando o aluno não leva para casa um caderno coberto de regras, análises de frases e normas gramaticais e, muitas vezes desconsideram o uso de textos para o ensino da língua, pois estes só servem para momentos específicos da aula, como os de leitura e interpretação, e não têm relação com a gramática.

O aluno não deve apenas conhecer a Língua Portuguesa e saber suas regras a partir da gramática, como se esta fosse o único método de ensino e que representasse uma verdade absoluta sobre toda a nossa língua, o aluno precisa estudar os usos da língua e para isso deve manter contato com textos diversos, é preciso que ele leia, escreva e reescreva, pois é a partir deste “treino” que estabelece a comunicação entre as pessoas nas diversas situações de suas vidas e, assim, estará preparado para reconhecer as normas da gramática, presentes ou não, em cada uma dessas situações.

1.3. O uso do texto para refletir sobre a língua

Trabalhar com textos faz com que o aluno adquira um conhecimento mais consistente para compreender o mundo que o rodeia, e assim se compreender, principalmente se esse trabalho é desenvolvido desde as séries iniciais, pois além de aumentar sua habilidade na comunicação o aluno pode refletir sobre sua língua através dos textos. Essa competência só é possível quando o aluno mantém contato com a leitura e a escrita, pois essa prática desenvolve sua capacidade discursiva através dos anos.

Quando o aluno vivencia o texto nas mais diversas situações, ele passa a reconhecer as diversidades linguísticas que fazem parte do seu mundo e, com isso, ele compreende que sem o uso da linguagem é impossível viver em sociedade. Tudo isso leva o aluno a comparar, classificar e distinguir as possibilidades de usos da língua, compreender, portanto, que não há

uma forma única de falar e de escrever e que, dentre todas as possibilidades, ele poderá optar por uma que mais se adequa as suas necessidades. Assim, o primeiro passo é refletir sobre a língua como bem aponta Castilhos,

Comece a refletir sobre sua língua observando como conversamos. A conversação é uma atividade linguística básica. Ela integra as práticas diárias de qualquer cidadão, independentemente de seu nível sociocultural. A conversação representa o intercurso verbal em que dois ou mais participantes se alternam, discorrendo livremente sobre tópicos propiciados pela vida diária (CASTILHOS, 2009, p.9)

Quando se conhece uma língua, os elementos linguísticos presentes no discurso são um ponto de apoio para o entendimento do texto. Segundo Antunes “Não basta ainda saber que existe um artigo que é definido, e outro que é indefinido. É preciso saber que efeitos o uso de um ou de outro provoca na sequência do texto” (2007, p.59). A partir daí pode-se deduzir que o ensino ainda peca por priorizar normas gramaticais desvinculadas do texto que o aluno lê ou escreve em sala de aula. O aluno tem de se reconhecer como falante da Língua Portuguesa, aprender a melhorar sua competência ao ler e escrever, e, principalmente, refletir sobre a língua em uso.

Segundo Possenti a gramática representa nossa língua em um determinado tempo/momento, mas não deveria ser objeto do ensino dessa língua ao longo dos anos. “Tentemos responder a seguinte pergunta: que gramática do grego consultaram Ésquilo e Platão? Ora, não existiam gramáticas gregas (a não ser na cabeça dos falantes, isto é, eles sabiam grego)” (1996, p.54). Para o autor, o objetivo da gramática não era ensinar normas e regras aos falantes, mas organizar certos princípios de leitura que permitissem ler textos antigos, até porque a língua mudaria com o passar dos anos.

Seria interessante que ficasse claro que são os gramáticos que consultam os escritores para verificar quais são as regras que eles seguem, e não os escritores que consultam os gramáticos para saber que regras devem seguir. Por isso, não faz sentido ensinar nomenclaturas a quem não chegou a dominar habilidades de utilização corrente e não traumática da língua. (POSSENTI, 1996, p. 54)

Assim se comprova que é a partir da compreensão da língua, através dos textos e da comunicação, que se reconhece e se descobre regras e normas gramaticais. Ao dominar as habilidades linguísticas é que se pode estabelecer um padrão de fala e de escrita da língua

para, enfim, reconhecer as suas normas, mas para isso, é preciso que nosso atual ensino de língua materna seja alterado metodologicamente.

2. O uso do texto para reconhecer uma nova (a nossa) norma padrão

Durante as aulas de língua portuguesa, o professor precisa estar atento à linguagem do seu aluno, pois é necessário adquirir um determinado grau de domínio sobre a escrita e a leitura, pois como já se sabe, é a partir da prática que o aluno alcança esse domínio. Pode-se dizer que, a partir de certo tempo, o aluno consegue atingir uma linguagem até então desconhecida para ele, a norma culta. Segundo Possenti, o objetivo da escola é ensinar o português padrão e criar condições para que ele seja compreendido, mas muitos equívocos impedem esse ensino, pois

A tese de que não se deve ensinar ou exigir o domínio do dialeto padrão dos alunos que conhecem e usam dialetos não padrões baseia-se em parte no preconceito segundo o qual seria difícil aprender o padrão. Isto é falso, tanto do ponto de vista da capacidade dos falantes quanto do grau de complexidade de um dialeto padrão. (POSSENTI, 1996, p. 13)

Para o autor, muitos acreditam que seria uma agressão cultural ensinar uma norma pertencente aos grupos sociais “mais favorecidos”, poderia destruir culturas mais populares que pertencem aos grupos “menos favorecidos”. Esse ato seria uma “imposição de valores”. O que não se percebe é que todo aluno tem capacidade de absorver esse ensino e todos só têm a ganhar com o domínio de outra forma de falar e escrever, pois uma mesma língua pode servir a mais de uma função.

Diferente do que ainda se pensa, o padrão não é encontrado somente na gramática, ela existe na nossa sociedade, mas não na forma antiga e tradicional que muitos buscam manter, ela está interiorizada e é usada desde a primeira fala de uma criança. Quando essa criança entra na escola e é apresentada a atividades que priorizam o uso da língua e seu funcionamento, ela automaticamente atinge um nível mais elevado do conhecimento da língua, e não porque leu a gramática, mas sim porque aprendeu o sistema da língua materna. E é após essa etapa do aprendizado que uma gramática é formada, ela representa o nível “máximo” da nossa língua atual.

O ensino através de textos pode fazer com que o aluno atinja esse nível durante sua vida escolar. Ao usar sua língua, o aluno pode alcançar uma norma padrão que define a realidade da nossa língua, segundo Antunes “A norma culta real, corresponde, àqueles usos que são fato, ocorrência; isto é, aqueles que podem ser concretamente realizados” (2007, pág.93), ou seja, a norma culta é um estado “avançado” da língua portuguesa, adquirida após ler e escrever constantemente, uma atividade essencial, que a escola tem dever de ensinar e que todo o aluno tem capacidade de aprender.

Com isso, vimos que falta muito para que as escolas tenham um ensino verdadeiro que dê condições ao aluno de reconhecer uma língua padrão que não seja aquela imposta pelas gramáticas prescritivas e que os professores fazem questão de achar que é o objeto de ensino. Enquanto não houver o entendimento de que o objeto é o texto, o aluno nunca alcançará o conhecimento do uso de sua língua materna.

Considerações finais

O presente artigo apresentou a atual situação do nosso ensino, que ainda permanece preso a tradições passadas e não adequadas à nossa realidade. Nesse estudo identificamos diversos equívocos acerca das diversas discussões sobre ensinar ou não a gramática e ensinar ou não uma norma padrão, discussões essas que fazem com que o ensino de língua perca o foco em sua função principal: a comunicação.

A partir desse ponto, percebe-se que a melhor forma de solucionar essas questões é trabalhar diretamente com a língua em uso, ou seja, através de textos. Quando o texto torna-se o principal objeto de estudo, o aluno entra em contato direto com o funcionamento de sua língua e passa a compreender que a função da língua nada mais é do que a própria comunicação e interação entre os falantes, e não um conjunto de regras que apenas confundem o seu aprendizado, então o aluno passa a entender que ele é um falante dessa língua e que a utiliza em todos os momentos da sua vida e de maneira diversificada.

Esse trabalho através de textos exige prática, escrita, leitura e reescrita, e faz com que o aluno escreva e leia de forma sempre mais sofisticada. Quando o aluno atinge esse nível, pode-se dizer que ele alcançou a norma culta de sua língua, e a partir desse momento, se estabelece o padrão da Língua Portuguesa, que não foi reconhecido através de normas

gramaticais e modelos padronizados em outras épocas, mas sim, através do trabalho com o texto e com o uso da linguagem atual presente em nossa sociedade, afinal uma gramática é construída a partir do conhecimento da língua e não ao contrário.

Assim, percebe-se que esse artigo contribui para o entendimento de que o uso de textos, como o método mais adequado para o ensino de Língua Portuguesa, leva o aluno a se inserir no processo de uso da língua sendo capaz de alcançar uma linguagem culta e, desse modo, contribuir para o reconhecimento da norma padrão em uso.

Segundo Antunes, “enquanto não nos dermos conta desses princípios – tão simples! – nossos alunos (e muitos de nós!) vão continuar sem se apaixonar pela língua, com dificuldades de leitura e de produção de textos” (2007), ou seja, o ensino de Língua Portuguesa continuará a não atingir o aluno, enquanto esse não reconhecer que utiliza essa língua e que é capaz de usufruir de todos os seus benefícios nas diversas situações de sua vida.

Referências

- ANTUNES, Irandé. **Muito além da gramática, por um ensino sem pedras no caminho**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007
- ANTUNES, Irandé. **Aula de português encontro & interação**. São Paulo : Parábola Editorial, 2003.
- BAGNO, Marcos. **Nada da língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa** /Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília :144p.
Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro02.pdf>>
Acesso em: 07/02/14
- CASTILHOS, Ataliba de T. **Refletindo sobre a língua portuguesa**. Disponível em: <http://www.museulinguaportuguesa.org.br/files/mlp/texto_15.pdf>
Acesso em: 14/03/14
- DIONISIO, Angela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora. **Gêneros textuais e ensino**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.
- GUÉRIOS, Mansur R. F. **Conceito do correto e do incorreto na linguagem**. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/letras/article/viewFile/19806/13041>>
Acesso em: 10/11/13
- LOVATO, Cristina dos Santos. **Gêneros Textuais e ensino: uma leitura dos pcns de língua portuguesa no ensino fundamental**. Disponível em: <e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/download/3172/2500>
Acesso em: 07/02/14
- OLIVEIRA, Camila Mota; FERREIRA, Lucas Pazoline da Silva. **Gêneros textuais e ensino de língua: um panorama da perspectiva de charles bazerman no Brasil**. Disponível em:

<<http://pt.scribd.com/doc/211488179/Generos-Textuais-Ensino-Li-ngua-Olhar-Perspectiva-Charles-Bazerman>>

Acesso em: 11/02/14

OLIVEIRA, Jossely Bezerra Martins. **Concepções de escrita, texto e gênero textual em relatos de aula de língua materna.** Disponível em:

<http://www.revel.inf.br/files/artigos/revel_2_concepcoes_de_escrita.pdf>

Acesso em: 22/02/14

PAULIUKONIS, Maria Aparecida Linus. **O texto como objeto de estudo das aulas das aulas português.** Disponível em: <<http://www.letras.ufrj.br/posverna/docentes/61836-1.pdf>>

Acesso em: 13/02/14

POSSENTI, Tírio. **Por que (não) ensinar gramática na escola.** Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/shaianebandeira/porquenoensinargramticaaescolasrioposenti>>

Acesso em: 15/03/14

RIO GRANDE DO SUL, Secretaria de Estado da Educação. **Referenciais Curriculares do Estado do Rio Grande do Sul: Linguagens, códigos e suas Tecnologias.** Porto Alegre, 2009. 258p. Disponível em: <http://www.educacao.rs.gov.br/dados/refer_curric_voll.pdf>

Acesso em: 04/03/14

SANT'ANNA, Célia Regina Antunes. **Reescrita, um caminho para a produção autônoma de textos.** Disponível em:

<http://www.alemdasletras.org.br/biblioteca/material_formadoras/Reescrita_um_caminho_para_a_producao_autonoma_de_textos.pdf>

Acesso em: 14/03/14

SARMENTO, Leila Lauar. **Gramática em textos.** São Paulo: Moderna, 2005. 2. Ed.rev.

VANZING, Alceu. **Ensinar ou não ensinar a gramática? Eis a questão...** Disponível em:

<<http://linguanostra.ipuc.edu.br/Linguanostra/article/download/32/30>>

Acesso em: 08/03/14